



IV Simpósio Internacional de **Acolhimento Familiar**

Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Apresentação oral - resumo

Realização



UNICAMP



INSTITUTO
Geração Amanhã

Os emaranhados da rede de proteção: um estudo de caso

Giovana Vansolini Soldado
Miriam Tachibana

Introdução: Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, compreende-se que para a atenção integral à crianças e adolescentes, cujos direitos foram violados, faz-se necessária a articulação em Rede das diferentes instituições e dos variados profissionais envolvidos (FARAJ; SIQUEIRA; ARPINI, 2016). Sabemos, entretanto, que, a despeito da inegável importância da Rede de Proteção à Infância e à Adolescência, não raro, o trabalho da Rede de Proteção pode ser mais revitimizante do que protetivo. Trata-se de uma constatação que tem sido inclusive discutida na literatura especializada (FERNANDES; MAZZA, 2013; SILVA; ALBERTO, 2019). Segundo Menezes e Silva (2019), que fizeram uma análise da Rede de Proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, o que ocorre é que, na prática, não tem sido possível um trabalho em conjunto, seja porque os profissionais não têm preparo suficiente para lidar com a complexidade dos casos, seja porque há sobreposição das ações, seja porque as várias ações são simplesmente descontinuadas..., de modo que a Rede acaba se constituindo enquanto um dispositivo cheio de fios soltos, que mais apresenta-se como um “emaranhado” do que como uma Rede propriamente dita. **Objetivo:** Mediante o exposto, objetivamos tecer reflexões sobre os “emaranhados” da Rede de Proteção, a partir de um estudo de caso de uma criança em acolhimento familiar. **Método:** As reflexões são derivadas de um estudo de caso por meio do qual um menino de 10 anos foi acompanhado em psicoterapia ao longo de 2019, na clínica-escola da universidade a qual estamos vinculadas. Trata-se de uma criança que, assim como o seu sobrinho, ainda bebê, encontrava-se em acolhimento familiar. Contudo, ao longo do processo psicoterápico, o menino foi colocado em família extensa com a avó materna que, ao devolvê-lo, culminou em seu acolhimento institucional. Assim, compõe esse estudo de caso não apenas os relatos dos atendimentos psicológicos realizados semanalmente com a criança, mas, também, os seguintes registros: 1) dos atendimentos psicológicos prestados ocasionalmente à família acolhedora; 2) das reuniões realizadas esporadicamente com a dupla psicossocial do Programa Família Acolhedora, que era referência do caso em questão; 3) do registro das tentativas de prestar atendimento psicológico com a avó; e 4) da reunião realizada com a equipe multiprofissional da instituição de acolhimento. O conjunto desses registros foi analisado psicanaliticamente, de modo que as autoras do presente trabalho buscaram compreender interpretativamente aquilo o que a criança, seus familiares e os

profissionais envolvidos comunicaram, de modo latente, ao longo desse processo que perpassou acolhimento familiar, colocação da criança em família extensa com a avó, devolução e acolhimento institucional. **Resultados:** Para fins didáticos, organizamos o material em três momentos: 1) momento do acolhimento familiar; 2) momento da colocação da criança em família extensa com a avó; e 3) momento da devolução/institucionalização. No momento em que o menino encontrava-se em acolhimento familiar, percebeu-se que havia uma apreensão por parte dos profissionais do Programa Família Acolhedora, uma vez que a família acolhedora dava sinais de querer devolvê-lo, em função de seu comportamento agressivo. Era evidente que esse acolhimento familiar havia se dado sobretudo porque havia um interesse genuíno da família acolhedora em cuidar do recém-nascido que acompanhava o menino e ao qual ele estava ligado, a priori, em termos de movimentação na Rede de Proteção. Por isso, entendemos que, nesse primeiro momento, estávamos, mais do que diante de um menino agressivo, de um menino indesejado, o que, por sua vez, deixava os profissionais bastante preocupados. Já no segundo momento, em que a avó do menino, até então desconhecida, apareceu dispondo-se a ficar com ele, notamos que os diferentes profissionais da Rede de Proteção se movimentaram rapidamente para agilizar esse processo, mesmo que: 1) a avó não se dispusesse a permanecer com o bebê que acompanhava a criança, ocasionando o desmembramento entre eles; 2) a avó se declarasse incapaz de dar prosseguimento aos atendimentos multiprofissionais que a ele estavam sendo prestados; e 3) a própria criança, em diferentes momentos, desse respostas diversas sobre o que desejava para o seu porvir. Nesse momento, notamos que estávamos diante de uma criança que já não era tão absolutamente indesejada, a despeito de os desejos da avó não estarem sendo aprofundadamente investigados e dos desejos controversos da criança não estarem sendo foco de maior reflexão por parte dos profissionais envolvidos. No terceiro momento, em que a avó decidiu devolver o menino (alegando o comportamento agressivo do mesmo), vimo-nos novamente com uma criança indesejada. Entretanto, dessa vez, tratava-se de uma criança indesejada pela avó, mas também pela família acolhedora, que se ocupava do sobrinho da criança, e que já se recusava a acolher novamente o menino. Uma vez que os profissionais do Programa Família Acolhedora, que até então estavam acompanhando de perto o caso, suspenderam as suas ações, alegando que o fato da criança ter sido encaminhada para acolhimento institucional tornava o caso fora de seu campo de atuação, observamos que, nesse terceiro e último momento, ela também teria sido “indesejada” pelos profissionais, no sentido de ter sofrido um desligamento repentino. Vale ainda destacarmos que, de nossa parte, a criança seguiu sendo investida de desejo, tanto que, a priori, havia a intenção de seguir acompanhando o caso na clínica-escola de

Psicologia. Entretanto, dada a exigência da equipe multiprofissional da instituição de acolhimento de que a criança não mais fosse acompanhada por profissionais “externos”, o caso foi encerrado, sendo viável apenas realizar um atendimento de despedida com a criança, no contexto da instituição de acolhimento, bem como promover a discussão do caso com o objetivo de passá-lo à nova equipe. Notamos, a partir desse estudo de caso, que, em meio às tentativas da Rede de Proteção de vir a protegê-la, a criança experienciou um itinerário revitimizante, não apenas porque a colocação em família extensa com a avó não foi bem sucedida, mas, também, por ter sido separada de seu sobrinho (por quem ela nutria bastante afeto), por ter sido alvo de inquéritos repetitivos sobre o que desejava para si e, também, por ter tido os vínculos com os profissionais, que até então a acompanhavam, abruptamente interrompidos, a partir da mudança de tipo de acolhimento. Compreendemos, entretanto, que seria reducionista de nossa parte localizarmos essas questões como sendo de responsabilidade exclusiva dos vários profissionais envolvidos. Entendemos que seguramente o fato de existirem tantas crianças e adolescentes afastados de suas famílias, sem perspectiva de virem a ser adotados, vivenciando a experiência de serem “filhos de ninguém” (PEREIRA, 2006, p.7), acaba levando a Rede de Proteção a oscilar entre a desesperança a respeito do futuro dessa população e o desespero em agir o mais rapidamente, mesmo diante de indicadores de que talvez a colocação em família extensa/adoção não seja bem sucedida. Nesse sentido, pensamos que lidar cotidianamente com crianças e adolescentes atravessados por histórias de abandono, privação e violência, e que, por isso, tiveram a sua capacidade de sobrevivência psíquica “testada”, também desafia os profissionais a lidarem com os seus próprios fantasmas (SANCHES; PARENTE; MORAES, 2005). Esse seria um dos fatores pelos quais, a nosso ver, os profissionais, por vezes, acabam constituindo uma Rede de (des)Proteção, adotando rigidamente ações protocolares, movimentando-se defensivamente em relação aos casos, antecipando-se diante dos desejos da criança a ser protegida, dentre outros.

Conclusões: A partir desse estudo de caso, consideramos que foi possível tecer reflexões não apenas em relação ao potencial revitimizante das ações supostamente protetivas adotadas pelos profissionais da Rede de Proteção, mas, também, em relação ao sofrimento emocional que perpassa tais profissionais. Precisaria a Rede de Proteção, para além de capacitação e de reuniões intersetoriais, de maior amparo para lidar com tamanho desamparo vivido pelas crianças e adolescentes dos quais ela se ocupa?.

Referências:

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. Rede de Proteção. O olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v.24, n.2, p.727-741, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-18> Acesso em: 10 set. 2022.

FERNANDES, Ana Paula Pereira; MAZZA, Verônica de Azevedo. Identificando potencialidades e fragilidades do trabalho em rede de proteção contra a violência na infância. Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo, v.14, n.3, p.280-288. Disponível em: <https://doi.org/10.52753/bis.2013.v14.33740> Acesso em: 10 set. 2022.

MENEZES, Kellen Cristiny Araujo; SILVA, Ana Cristina Serafim da. Violência sexual no Tocantins: A atuação da rede de proteção. Humanidades & Inovação, Palmas, v.6, n.17, p.230-241, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1964> Acesso em: 10 set. 2022.

PEREIRA, Eliane Vecchi. A voz da criança institucionalizada: Representações sociais de família e abrigo. 2006. Tese (doutorado) – História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106109/pereira_ev_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 13 set. 2022.

SANCHES, Renate Meyer; PARENTE, Alessandra Martins; MORAES, Ana Lucia Giannella de. Psicoterapia analítica de crianças em situação de abandono: Uma visão winnicottiana. In: SANCHES, Renate Meyer. (Org.). Winnicott na clínica e na instituição. São Paulo: Escuta, 2005. p. 109-131.

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Fios soltos da Rede de Proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v.39, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358> Acesso em: 10 set. 2022.